

# PREGÃO ELETRÔNICO

90037/2026

## CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para concessão do auxílio alimentação dos servidores Municipais, por meio de cartão magnético, conforme Lei nº 6867/2018.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 18.900.000,00 (dezoito milhões e novecentos mil reais)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

## LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[maior desconto] por [item]

## MODO DE DISPUTA:

[aberto]

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## PREGOEIRA

JANE ANGELI

DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 19.917/2025

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
8. DOS RECURSOS .....	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	24



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**MUNICÍPIO DE CASCATEL/PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2026**

(Processo Administrativo nº 28589/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, nº 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para concessão do auxílio alimentação dos servidores Municipais, por meio de cartão magnético, conforme Lei nº 6867/2018**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. **A licitação será realizada em único item.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.6.8. agente público do órgão licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.13. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00** (cem reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
  - 5.21.2.2. empresas brasileiras;
  - 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**MUNICÍPIO DE CASCVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Error! Indicador Não Definido .** e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;

6.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.

6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado "Qualificação econômico-financeira".

7.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.



**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

7.20.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:
- 12.1.1 Por parte do licitante:
- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
  - II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - d) Deixar de apresentar amostra;

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência;**
- II. **Multa:** de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- III. **Impedimento de licitar e contratar;**

**IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: [pregao@cascavel.pr.gov.br](mailto:pregao@cascavel.pr.gov.br)



10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
  - 11.12.1.1 - Modelo de proposta comercial;
- 14.12.2 ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;
  - 14.12.2.1 Apêndice do Anexo II – Planilha;
  - 14.12.2.2 Qualificação Econômico-Financeira;
- 14.12.3 ANEXO III – Declaração de Interesse
- 14.12.4 ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
- 14.12.5 ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.12.6 ANEXO VI - Mapa Comparativo de Preços;
- 14.12.7 ANEXO VII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 11 de maio de 2026

**JOACIR APARECIDO COSMA**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

**CASCATEL**

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS**

**ITEM PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA**

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	UND	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO, FORNECIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS MAGNÉTICOS OU DE TECNOLOGIA SIMILAR, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E SENHA NUMÉRICA PESSOAL, EXCLUSIVA E INTRANSFERÍVEL, PARA SER ABASTECIDO COM CRÉDITO REFERENTE AO VALOR DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E/OU REFEIÇÃO.	18.900.000,00	18.900.000,00
Valor Total Geral: R\$ 18.900.000,00 (dezoito milhões e novecentos mil reais)					



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Central de Compras

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LOGOTIPO DA EMPRESA

Nome da Empresa

À Prefeitura Municipal de Cascavel

Divisão de Licitações

Pregão N° (preencher)

Prezados Senhores (as);

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, Telefone n.º (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, endereço RUA..., CEP: \_\_\_\_\_ E-MAIL: apresentar proposta ao pregão eletrônico n.º .../2026, o qual tem objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício do Auxílio Alimentação conforme Lei nº 6.867/2018, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com valor total de R\$ .....(valor por extenso).

1. A taxa de administração a ser cobrada da administração municipal sobre o gerenciamento dos cartões durante a execução do contrato será demonstrada conforme planilha abaixo.

ITEM	QTD	UND/MÊS	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	PREÇO TOTAL (R\$)	(por extenso)
1	1	UND/MÊS	Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de				



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Central de Compras

		segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício de Auxílio Alimentação.				
O preço total ofertado é de R\$ _____, e taxa de administração de _____%.						
Obs1: Será admitida taxa negativa, a qual incidirá como desconto, em nota fiscal, sobre o valor total a ser contratado.						

2. A taxa de Administração será de .....% (por cento).
3. O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta dias)**, contados da data de apresentação da proposta.
4. Declaramos que temos pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço de acordo com o Edital e seus anexos para o certame.
5. Declaramos que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto da presente contratação.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA			
Nome			
Endereço		UF	CEP
CPF		Cargo	
RG		Órgão Expedidor	
Nacionalidade		Naturalidade	

Cidade (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Assinatura

Nome

Cargo na Empresa

RG/Órgão Expedidor

CPF



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

**MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
(Processo Administrativo nº 28.589/2026)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício de Auxílio Alimentação, conforme Lei nº 6.867/2018, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Esclarece-se que Auxílio Alimentação é a denominação dada ao benefício previsto na Lei Municipal nº 6.867/2018, que se dará por meio de créditos em cartão magnético, cuja modalidade será alimentação ou refeição, conforme a opção do servidor.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Considerando o objeto do certame, com valor inicial estimado de R\$ 18.900.000,00 (dezoito milhões novecentos mil reais), o processo licitatório não será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar Municipal nº 112/2020.

1.7. Por se tratar de um item de natureza indivisível, as cotas para MEI/ME/EPP não se aplicam, pois deve ser mantida a padronização dos serviços e a concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só pessoa jurídica, garantindo que todos os servidores tenham a mesma qualidade na prestação do serviço.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

1.8. Informa-se que a Prefeitura de Cascavel não possui convênio com o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

1.9. No que tange à possibilidade de aceitação de taxas de administração negativas, esta Administração pauta-se pelo Princípio da Economicidade e da Seleção da Proposta mais Vantajosa, buscando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos.

1.10. Ressalta-se que o benefício previsto na Lei nº 6.867/2018 é para servidores estatutários, não contemplando trabalhadores do regime CLT, aplicando-se assim o Prejulgado nº 34 (Acórdão nº 1053/24 - Plenário) do TCE-PR, que consolidou o entendimento de que a vedação de taxas negativas trazida pela Lei Federal nº 14.442/2022 e pelo Decreto nº 10.854/2021 não se aplica à Administração Pública Direta e Indireta quando o objeto for o atendimento de servidores estatutários.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O município de Cascavel encontra-se em fase de elaboração do Plano de Contratação Anual, porém as demandas estão sendo relacionadas no Sistema de Gestão com indicação de Intenção de Compras. Informa-se que o objeto da contratação está sob número de Intenção/DFD nº 376/2026, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

4.1.1. A contratada deverá seguir os parâmetros sustentáveis, de forma a minimizar o impacto de suas ações, promovendo a eficiência energética, incentivando a produção e o consumo responsáveis, bem como fomentar a inclusão social. Ademais, as contratações públicas devem trazer, no mínimo, ganhos em 04 (quatro) dimensões sustentáveis, quais sejam: econômica, social, cultural e ambiental.

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica na fase inicial:

5.1.1. Em até 02 (dois) dias úteis da assinatura do contrato, a Contratada irá informar ao Contratante os dados necessários para a emissão dos cartões Alimentação/Refeição;

5.1.2. A Contratante enviará à Contratada, em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao do recebimento do arquivo citado no item 5.1.1, as informações necessárias para emissão dos cartões Alimentação/Refeição;

5.1.3. A Contratada deverá emitir e entregar os cartões Alimentação/Refeição à Contratante, no prazo de 30 dias contados do dia útil seguinte ao recebimento do arquivo citado no item 5.1.2.

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

5.1.4. O cartão será da modalidade alimentação ou refeição e será emitido conforme a opção do servidor.

5.1.5. Os cartões deverão ser divididos em lotes correspondentes a cada Secretaria, e por cada Local de Trabalho de cada Secretaria, conforme a relação enviada pela Contratante. Os cartões deverão estar bloqueados e acompanhados da senha individual, sendo que o desbloqueio dos cartões deverá ser efetuado exclusivamente pelo servidor. Os cartões deverão estar em envelope individual lacrado. O destinatário do envelope deverá conter: o nome, a matrícula, a Secretaria e o local de trabalho do servidor, assim como a identificação da Prefeitura de CascateL.

5.1.6. Cada lote citado no item 5.1.5. deverá acompanhar comprovante de entrega do cartão ao servidor. Esse comprovante será uma lista e terá todos os nomes constantes naquele lote.

5.1.7. A lista citada no item 5.1.6. deverá possuir, minimamente, cabeçalho com a identificação da Contratada, do lote de emissão, da Contratante, da Secretaria e do Local de Trabalho, bem como apresentar relação contendo:

5.1.7.1. Matrícula e nome do servidor;

5.1.7.2. Espaço destinado à assinatura do servidor.

5.1.7.3. Espaço destinado a identificar a data e o responsável pela entrega do cartão àquele servidor.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica após a fase inicial e durante toda a vigência contratual:

5.2.1. A Contratante enviará à Contratada o arquivo com as informações dos servidores e os valores a serem disponibilizados para cada cartão, com antecedência de, no mínimo, 24 horas da data do crédito. Nesses termos, a Contratada deverá:

5.2.1.1. Efetuar, mensalmente, as recargas dos créditos do auxílio alimentação no primeiro dia de cada mês.

5.2.1.2. Efetuar, eventualmente, a antecipação da recarga mensal citada no item 5.2.1.1, conforme solicitação da Contratante.

5.2.1.3. Efetuar, eventualmente, a recarga complementar de créditos no decorrer do mês, conforme solicitação da Contratante.

5.2.1.4. Na data estipulada para o crédito no cartão, o valor deverá estar disponível para uso, impreterivelmente, até as 06h00 da manhã.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

5.2.2. Por meio de portal web da Contratada ou por e-mail, conforme disponibilidade da Contratada e a critério do Município, haverá a seguinte rotina:

5.2.2.1. A Contratante fará o envio do arquivo citado no item 5.2.1;

5.2.2.2. A Contratada irá realizar a validação do arquivo, apontando possíveis inconsistências e informando à Contratante sobre essas inconsistências;

5.2.2.3. A Contratante fará a conferência da validação e a confirmação do faturamento das notas fiscais para pagamento do serviço.

5.2.3. Os créditos inseridos nos cartões, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores da Contratante, em hipótese alguma, sejam prejudicados.

5.2.4. A Contratante poderá solicitar o cancelamento de recarga que posteriormente se constatou indevida.

5.2.4.1. A Contratada deverá atender ao pedido imediatamente.

5.2.4.2. No caso de utilização parcial dos valores creditados, a Contratada irá cancelar o saldo remanescente.

5.2.4.3. A Contratada deverá deduzir o valor cancelado na a próxima nota fiscal.

5.2.5. Em virtude de servidores que se enquadrarem nos requisitos previstos na lei do Auxílio Alimentação, a Contratada deverá emitir a 1º via do cartão e entregar à Contratante, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao envio do arquivo citado no item 5.1.2.

5.2.6. Em virtude de novas admissões, a Contratada deverá emitir a 1º via do cartão e entregar à Contratante, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao pedido da Contratante.

5.2.6.1. A solicitação da Contratante poderá ser formalizada por meio do arquivo citado no item 5.1.2.

5.2.7. Em virtude de defeito, roubo, furto, extravio ou perda, a Contratada deverá emitir nova via do cartão e entregar à Contratante, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao pedido do servidor.

5.2.8. Em virtude de pedido de alteração de modalidade (Alimentação para Refeição e vice-versa), a Contratada deverá emitir novo cartão e entregar à Contratante, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do dia útil seguinte ao pedido da Contratante.

5.2.8.1. A solicitação da Contratante poderá ser formalizada por meio do arquivo citado no item 5.1.2.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

5.2.9. A Contratada deverá prestar assistência técnica e iniciar a manutenção, em até 2 (duas) horas após a solicitação da Contratante, para solucionar eventuais problemas que impossibilitem o uso do cartão Alimentação/Refeição, de acesso ao portal web ou aplicativo mobile, prezando pela agilidade em resolver o problema o mais rápido possível.

5.2.10. Manter rede credenciada no Município de Cascavel de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) estabelecimentos que aceitem o cartão alimentação (hipermercados, supermercados, mercados, atacadistas, açougues, mercearias, e similares) e de, no mínimo, 50 (cinquenta) estabelecimentos que aceitem o cartão refeição (restaurantes, lanchonetes, padarias, dentre outros).

5.2.11. A Contratante deverá sempre manter suas informações de contato atualizadas no portal web da Contratada.

5.3. Disposições gerais acerca da execução do objeto:

5.3.1. A prestação do serviço será mediante a disponibilidade de valores do benefício do auxílio alimentação nos cartões Alimentação/Refeição.

5.3.2. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, para que o servidor possa utilizá-los.

5.3.3. A manutenção do atendimento ao Município e aos usuários, incluindo eventuais substituições de cartões e manutenção do credenciamento da rede de atendimento, na hipótese de rescisão antecipada do contrato ou término do prazo contratual se dará, pelo período mínimo de 120 (cento e vinte) dias a contar do evento.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.4. Os cartões devem ser entregues na Prefeitura Municipal de Cascavel, situada à Rua Paraná, nº 5000 - Centro - Cascavel/PR, conforme prazos estabelecidos no item 5.1.3.

**Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1. A quantidade estimada de 3.150 (três mil, cento e cinquenta) cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício de Auxílio Alimentação, conforme Lei nº 6.867/2018, observadas as disposições legais pertinentes, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante;

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA



5.5.2. Dispor de portal web e aplicativo mobile para smartphone, presente, no mínimo, para sistemas Android e IOS, para consulta de saldo, extrato, rede credenciada; solicitação de bloqueio de cartões (em caso de cartão danificado, perda, furto, roubo ou clonagem), assim como a emissão de novo cartão; e realização da troca de senha do cartão;

5.5.3. Dispor de central de atendimento telefônico 24 horas por dia, 7 dias por semana, onde seja possível ao servidor bloquear o cartão em virtude de defeito, perda, furto, roubo ou clonagem, assim como solicitar um novo cartão.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Atender a recarga média mensal de 3.150 (três mil cento e cinquenta) cartões, considerando que:

5.6.1.1. O valor definido para o Auxílio Alimentação, em fevereiro/2026, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e sofrerá reajustes quadrimestrais, nos meses de janeiro, maio e setembro de cada ano, nos termos da Lei nº 6.867/2018;

5.6.2. Devido a nomeações e exonerações, cumprimento ou não de requisitos (teto remuneratório), haverá variação na quantidade de servidores que serão beneficiados. Desse modo, a quantidade estimada da contratação foi detalhada e justificada no Estudo Técnico Preliminar.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

- 6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado. Este ficará responsável pelo atendimento das demandas da Administração, acompanhando a execução dos serviços, podendo tal atuação ocorrer de forma remota, desde que assegurada a adequada comunicação e resolução das ocorrências.
- 6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

- 6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**MUNICÍPIO DE CASCABEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 17.872/2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA



- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

- 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.10.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 08 (oito) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;



**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA



- d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

- 7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE) de correção monetária.

**Forma de pagamento**

- 7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.29.
- 7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.
- 8.2. As licitantes deverão oferecer lance somente sobre a taxa de administração, sendo que este deverá contemplar todas as despesas que a licitante tenha e porventura vir a ter, além de qualquer tipo de tributo, na execução do serviço.
- 8.3. Será declarada vencedora a licitante que oferecer o maior desconto na taxa de administração.
- 8.4. O presente processo licitatório admitirá valor máximo de 0% (zero por cento) de taxa de administração para a contratação, sendo admitidas taxas negativas.
- 8.5. O modelo de proposta, anexo IV deste termo, foi elaborado com o intuito de demonstrarmos como as licitantes podem elaborar seus lances, já que a disputa será

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA



somente sobre o valor da taxa, em porcentagem, ou seja, cada licitante deverá calcular o valor do lance sobre a taxa de administração. Entretanto, como o sistema utilizado pelo nosso município nas licitações não admite que o valor demonstrado seja em porcentagem, a licitante terá que elaborar seu cálculo demonstrando o valor em moeda corrente. Por este motivo, consta no modelo a demonstração de como foi elaborado o cálculo em porcentagem e em reais. Todavia, informamos que, como se trata de apenas um modelo de proposta, como o próprio nome se refere, fica a critério de cada licitante fazer o uso deste modelo ou não.

- 8.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, conforme art. 55 da Lei nº 14.133/2021 contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.

**Do desempate**

- 8.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.8. Quando o empate recair sobre o inciso II do artigo suprarreferido (avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes), serão utilizados, para avaliação, os registros constantes no Sistema de Cadastros de Fornecedores - SICAF. Nesse caso, o desempate será favorável ao licitante que apresentar o menor número de registros.

**Forma de fornecimento**

- 8.9. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda das Secretarias Municipais.

**Regime de execução**

- 8.10. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Unitário.

**Exigências de habilitação**

- 8.11. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

- 8.12. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

- 8.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 8.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.20. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.21. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**



de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.31. A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada possua capacidade para cumprir as obrigações assumidas, considerando a natureza contínua do serviço e o volume financeiro envolvido, especialmente porque deverá disponibilizar previamente os créditos nos cartões dos beneficiários, sendo o pagamento realizado posteriormente pela Administração, o que exige estrutura financeira compatível, a fim de reduzir riscos de inadimplemento e garantir a regular execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.33. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
  - 8.33.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;
  - 8.33.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101,

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- 8.34. Os demais critérios quanto a qualificação econômico-financeira constam em anexo a este documento.

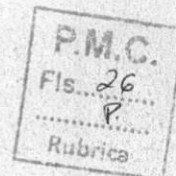
**Qualificação Técnica**

- 8.35. A exigência de qualificação técnica justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua experiência e capacidade operacional para a adequada execução do objeto, considerando a complexidade dos serviços de gerenciamento e administração de cartões alimentação/refeição, que envolvem rede credenciada, sistema informatizado e atendimento aos usuários, de forma a assegurar a continuidade, eficiência e qualidade na prestação do serviço.
- 8.36. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.37. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.38. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características técnicas e operacionais com o objeto da licitação – emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício do Auxílio Alimentação conforme Lei nº 6.867/2018, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante – mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.38.2. Emissão, fornecimento e distribuição, em um único mês, de 1.574 (mil e quinhentos e setenta e quatro) cartões alimentação/refeição.
- 8.38.3. Recarga mensal de créditos em 1.574 (mil e quinhentos e setenta e quatro) cartões alimentação/refeição.
- 8.38.4. Considerando o item 5.1.3. deste Termo, se faz necessário que a Contratada comprove que possui capacidade para emitir, fornecer e distribuir, em um espaço curto de tempo, os cartões alimentação/refeição aos servidores da Contratante.
- 8.38.5. A quantidade de 1.574 cartões representa menos de 50% da quantidade estima de 3.150 cartões a ser contratada.
- 8.39. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.39.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA



8.39.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Disposições acerca das cooperativas**

8.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.40.4. O registro previsto na Lei n° 5.764, de 1971, art. 107;

8.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.40.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n° 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 18.900.000,00 (dezoito milhões e novecentos mil reais), no período de 12 (doze) meses, conforme custos unitários apostos na requisição em anexo.

9.2. Não houve a decomposição de custos unitários, pois, considerando que a contratação será realizada mediante o desconto na taxa de administração e as empresas devem considerar esses custos no valor da proposta, não é possível determinar e informar no

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO**  
**EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

processo licitatório tais valores. Caso o pregoeiro responsável avalie a necessidade, este poderá solicitar às licitantes a apresentação da planilha de decomposição de custos, conforme modelo apresentado no anexo III.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA	DOTAÇÃO	VALOR ANUAL
SECOM	39	R\$ 36.000,00
SEFIN	76	R\$ 174.000,00
SEMED - FUNDAMENTAL	133	R\$ 2.796.000,00
SEMED - FUNDAMENTAL DOCÊNCIA	2084	R\$ 36.000,00
SEMED - INFANTIL	176	R\$ 5.274.000,00
SEMED - INFANTIL DOCÊNCIA	2085	R\$ 36.000,00
SEMED - EJA	161	R\$ 36.000,00
SESAU	266	R\$ 6.756.000,00
SEASO - ADMINISTRATIVO	472	R\$ 306.000,00
SEASO - FUNDO	594	R\$ 36.000,00
SEASO - PROTEÇÃO BÁSICA	545	R\$ 168.000,00
SEASO - PROTEÇÃO ESPECIAL	568	R\$ 504.000,00
SEMA	682	R\$ 120.000,00
	683	R\$ 108.000,00
SEAGRI	802	R\$ 36.000,00
SEAGRI - ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	857	R\$ 222.000,00
SESOP - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	911	R\$ 42.000,00
SESOP	929	R\$ 228.000,00
SEMDEC	982	R\$ 36.000,00
GABINETE DO PREFEITO	1247	R\$ 36.000,00
COMPDEC	1269	R\$ 36.000,00
PGM	1291	R\$ 24.000,00
TERRITÓRIO CIDADÃO	1330	R\$ 36.000,00
CONTROLADORIA	1370	R\$ 54.000,00
SEPLAG	1423	R\$ 630.000,00
SEPLAG INDIRETAS	1447	R\$ 246.000,00
CASA CIVIL	1464	R\$ 36.000,00
SESPPRO	1513	R\$ 474.000,00
SECULT	1556	R\$ 102.000,00
SEMEL	1927	R\$ 240.000,00
SESD	1990	R\$ 36.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 18.900.000,00</b>



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

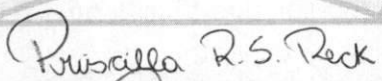
TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA



- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

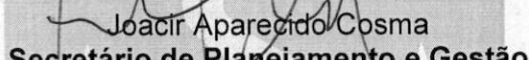
Cascavel, 25 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:



Priscilla Rebeca Silva Reck  
**Agente Administrativo**

Ciente,



Joacir Aparecido Cosma  
**Secretário de Planejamento e Gestão**

**CASCADEL**

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

**ANEXO I**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

1. O Índice de Medição de Resultados (IMR) apresenta os critérios de medição de resultado, identificando rotinas, grau do descumprimento, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
2. Os níveis de serviços apresentados neste IMR têm como função incluir critério de desempenho na prestação do serviço de fornecimento e gerenciamento do serviço contratado, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
3. O IMR será apurado mensalmente. O instrumento de aferição consiste na "Relação de descumprimentos", cujo modelo é apresentado abaixo no Quadro 1, devendo ser atestada pelo fiscal titular ou substituto e pelo gestor do contrato.
4. Os serviços objeto do Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos representantes da Contratante, que deverão apontar as ocorrências no instrumento de aferição.
5. O Quadro 2, constante deste IMR, será a referência quanto ao percentual a ser aplicado sobre o valor líquido (valor apurado após o desconto contratual, se houver) da nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada.
6. Os descontos apurados por meio do IMR poderão ensejar, ainda, a aplicação das demais penalidades contratuais.
7. O relatório dos descumprimentos deverá ser levado ao conhecimento da Contratada via e-mail.
8. A Contratada terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do envio do e-mail para apresentar justificativas, cuja avaliação compete aos fiscais e ao gestor.
9. Caso a Contratante não acolha as justificativas, as apurações do IMR acarretarão no desconto proporcional do valor da fatura.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

Quadro 1 - Modelo do Instrumento de Aferição com relação de descumprimentos.

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	OCORRÊNCIAS	TOTAL
1	Disponibilizar os valores nos cartões magnéticos dos servidores após às 06 (seis) horas da manhã da data definida. (ocorrência por data)	5		
2	Deixar de prestar assistência técnica e iniciar a manutenção, em até 2 (duas) horas após a solicitação da Contratante. (ocorrência por solicitação)	1		
3	Não atender ao pedido da Contratante em cancelar créditos indevidos no cartão, nos termos do item 5.2.4. deste Termo de Referência. (ocorrência por pedido)	2		
4	Atraso na entrega dos cartões alimentação/refeição, nos termos dos itens 5.2.5. a 5.2.8 deste Termo de Referência. (ocorrência por dia útil)	1		
5	Não atender à quantidade mínima de estabelecimentos credenciados, de acordo com o item 5.2.10. deste Termo de Referência. (ocorrência por estabelecimento)	1		
6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos neste Quadro, após reincidência formalmente notificada pelo gestor ou fiscal do contrato. (ocorrência por item)	1		
7	Indisponibilidade do sistema da Contratada que impeça a utilização do cartão. (ocorrência a cada 120 minutos completados)	1		
<b>TOTAL</b>				

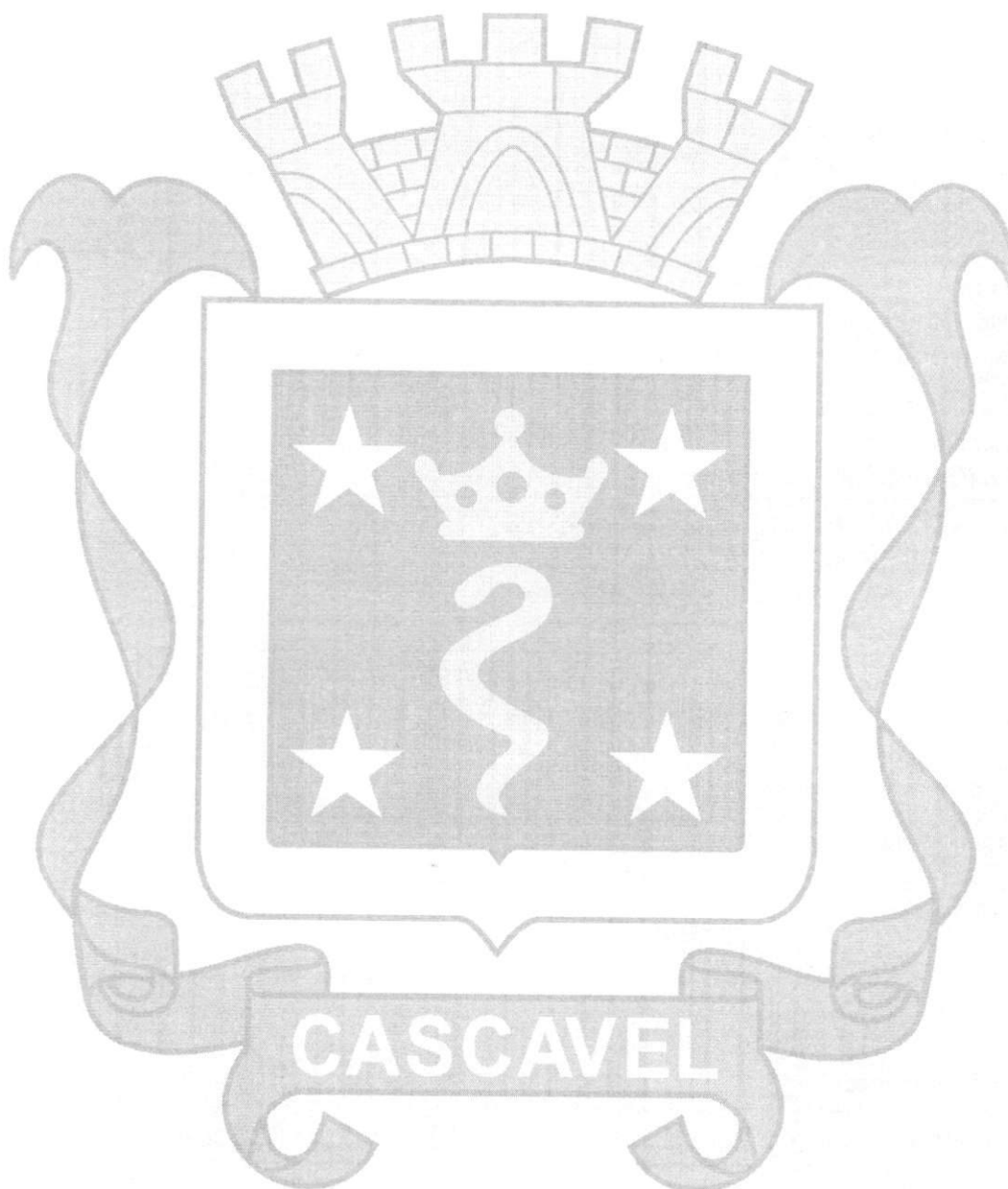
Quadro 2 - Faixas de ajuste de pagamento conforme pontuação acumulada no instrumento de aferição.

Somatório de pontos	Faixas de Ajuste de Pagamento
<b>1 PONTO</b>	100% da fatura, não há ajuste, apenas notificação de advertência.
<b>2 PONTOS</b>	98% da fatura, ou seja, glosa de 2% sobre o valor da nota fiscal.
<b>3 A 5 PONTOS</b>	95% da fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da nota fiscal.
<b>6 A 20 PONTOS</b>	93% da fatura, ou seja, glosa de 7% sobre o valor da nota fiscal. O valor da glosa será acrescido de 1% para cada ponto extra, limitado a 20%.
<b>21 A 30 PONTOS</b>	20% de multa sobre o valor da nota fiscal do período.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E**  
**GESTÃO**  
TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO  
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

**ACIMA DE 30 PONTOS**

20% de multa sobre o valor da nota fiscal do período e consequente rescisão contratual.





**ANEXO II**

(Processo Administrativo n.º 28.589/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, a qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMADO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, conforme redação dada pelo art. 7º da Lei Municipal nº 6.867/2018;

3.1 O valor do auxílio-alimentação será reajustado quadrimestralmente, nos meses de janeiro, maio e setembro, pelo índice da inflação acumulada, medida pelo IPC/FIPE correspondente aos quatro meses anteriores ao mês do reajuste;

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

4.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO DE REFERÊNCIA**

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da **EXTINÇÃO CONTRATUAL**, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

5.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

5.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. Considerando a Resolução n.º 069/2024 da Procuradoria Geral do Município de Cascavel, informamos que, em seu item 4. 'DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS', deverá constar a seguinte redação:

6.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

7. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

FUNÇÃO/CONTRATO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ASSINATURA
Gestor	Tatiana Waleska Cardozo Zaror	26.740-01	Advogada	
Suplente de Gestor	Karina Bondezan da Rocha	27.191-01	Agente Administrativo	



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO DE REFERÊNCIA**

Fiscal	José Carlos Galvão	21.989-01	Agente Administrativo	<i>José</i>
Suplente de Fiscal	Guilherme Francisco Iakmiu Pendiuk	37.552-01	Agente Administrativo	

Cascavel, 08 de abril de 2026.

Elaborado por:

*Priscilla R.S. Reck*  
Priscilla Rebeca Silva Reck  
Agente Administrativo

Ciente,

*Joacir Aparecido Cosma*  
Joacir Aparecido Cosma  
Secretário de Planejamento e Gestão

**CASCADEL**







SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Central de Compras

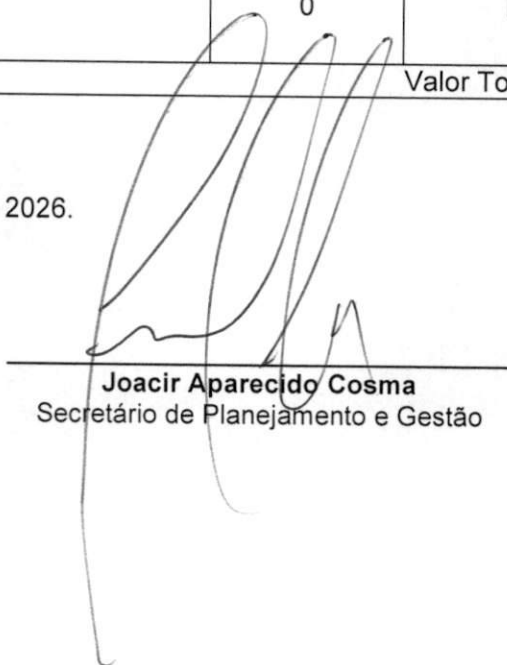


ANEXO III

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS (prever por cartão magnético)**

ITEM 01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO, FORNECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU DE TECNOLOGIA SIMILAR, EQUIPADO COM CHIP DE SEGURANÇA, PARA SER ABASTECIDO COM CRÉDITO REFERENTE AO BENEFÍCIO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CONFORME LEI Nº 6.867/2018, QUE POSSIBILITE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E/OU REFEIÇÃO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS À EMPRESA LICITANTE.			
	DESCRIÇÃO	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
	1.1 Materiais (maquinário e equipamentos)	0	R\$	R\$
	1.2 Insumos (quantidade de produtos utilizados)	0	R\$	R\$
	1.3 Mão de obra (hora técnica do profissional)	0	R\$	R\$
	1.4 Deslocamento (por km rodado)	0	R\$	R\$
	1.5 Outros? Quais?	0	R\$	R\$
			Valor Total R\$	

Cascavel, 25 de fevereiro de 2026.

  
Joacir Aparecido Cosma  
Secretário de Planejamento e Gestão

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Levando em consideração a solicitação emitida pela SEPLAG - Setor de Benefícios (C.I. nº. 4243/2026), recebida em 25/02/2026;

- 1) Requisição nº 1456/2026 - Processo Digital nº 28589/2026;
- 2) Objeto: Contratação de empresa especializada para concessão do auxílio alimentação, por meio de cartão magnético, aos servidores municipais, conforme Lei Municipal nº 6.867/2018 - Cascavel - PR;
- 3) Valor da contratação: R\$ 1.575.000,00 (um milhão e quinhentos e setenta e cinco mil reais);
- 4) Prazo de execução: 30 dias;
- 5) Prazo de vigência do contrato: 12 meses; e,

Buscando resguardar os interesses do erário público e, considerando sobretudo a origem dos recursos e o vulto desta obra/serviço para o Município de Cascavel, a análise da qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa licitante possua suficiência e capacidade financeira para a execução e conclusão do objeto a ser licitado sem restringir a participação ou a competitividade no certame.

Destaca-se, que a orientação para aferição da qualificação econômico-financeira da licitante, encontra-se expressa no art. 69 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, nos seguintes termos:

*Art. 69 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no Edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

*I - balanço patrimonial e demonstração do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;*

*II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;*

*§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.*

*§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.*

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

*§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*





## MUNICÍPIO DE CASCABEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

#### Setor de Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (grifo nosso)

#### Capital Circulante Líquido:

Evidencia-se o Acórdão 592/2016 - TCU - Plenário, item 9.2.2:

9.2.2. em futuros certames licitatórios, observe que a exigência capital circulante mínimo (CCL) de 16,66% é adequada apenas aos serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo cabível, nos demais contratos por escopo, a adoção de critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados de CCL, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tornando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório. (grifo nosso)

Baseado na legislação, Acórdão nº 592/2016 do Tribunal de Contas da União e pautado na norma brasileira de contabilidade, esta Municipalidade inclui neste edital a apresentação dos seguintes documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- 1) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 2) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e demais demonstrações contábeis:

#### I - em relação ao último exercício social:

- a) Comprovação de Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- b) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo **8,33%** (oito inteiros e trinta e três por cento) do valor estimado da contratação.

● O percentual ora citado, abrange o período de 30 (trinta dias compreendidos desde a fase inicial do serviço até seu recebimento. Engloba o início da execução do serviço, emissão da nota fiscal pela empresa, atesto da nota fiscal, liquidação e pagamento, entre outros. Visa garantir que a empresa licitante possua suficiência e capacidade financeira para suprir com todas as despesas e obrigações oriundas do objeto licitado neste intervalo de tempo, execução e recebimento.

Metodologia utilizada para definição do percentual de CCL:

Prazo de execução: 30 dias
$30 \div 360 = 0,0833 \times 100 = \mathbf{8,33\%}$

- c) Declaração de que 1/12 (8,33%) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, excluindo aqueles já executados, não é superior a seu patrimônio líquido;

➤ Apresentar declaração de compromissos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, em que conste, no mínimo: o número do contrato de prestação de serviços, o período de vigência da contratação,



a identificação do contratante e o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado (**modelo anexo**);

**II - em relação aos dois últimos exercícios sociais:**

A situação financeira da empresa licitante, será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) \div (PC + PNC)$$

❖ A licitante deverá apresentar **índice superior a 1** demonstrando assim, situação financeira equilibrada indicando que a empresa possui disponibilidade de bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$LC = (AC \div PC)$$

❖ A licitante deverá apresentar **índice superior a 1** demonstrando assim, que a empresa possui recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

$$SG = AT \div (PC + PNC)$$

❖ A licitante deverá apresentar **índice superior a 1** demonstrando assim, boa situação financeira. A Indicação do índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos acima, demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

**LEGENDA:** AC: Ativo Circulante; RLP: Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante; PNC: Passivo Não Circulante; AT: Ativo Total;

3) No caso de consórcios de empresas, exceto aqueles formados integralmente por micro e pequenas empresas, haverá um acréscimo de **20%** em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. O cálculo dos indicadores será realizado a partir do somatório dos valores das contas contábeis sintéticas de cada consorciado.

➤ **indicadores exigidos:**

**I) em relação aos dois últimos exercícios sociais:**







**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**Setor de Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados**

a) liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1,2;

**II) em relação ao último exercício social:**

a) Patrimônio líquido **não inferior a 12%** do valor estimado da contratação e **igual ou superior a 10,00%** (1/12) do valor total dos contratos consolidados do consórcio firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, excluindo aqueles já executados.

b) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **10,00%** (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Apresentar declaração de compromissos firmados com a Administração Pública e com a Iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, em que conste, no mínimo: o número do contrato de prestação de serviços, o período de vigência da contratação, a identificação do contratante e o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado (**modelo anexo**);

➤ **No caso de consórcios de empresas compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas, serão exigidos os indicadores discriminados no item 2);**

4) Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais faz que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação equilibrada é o mínimo que a administração pública deve cercar-se, indispensáveis para garantir o integral cumprimento de suas obrigações.

Cascavel-PR, 25 de fevereiro de 2026.

Assinado eletronicamente por:  
**EELMI NOGUEIRA KAISER**  
**WASEM**  
\*\*\*.186.269-\*\*  
26/02/2026 07:59:46  
Assinatura digital avançada.

**Eetmi Nogueira Kaiser Wasem**  
Contadora CRC/PR - 071904/O-4



**MODELO - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A  
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EMPRESAS  
INDIVIDUAIS E CONSÓRCIO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**(considerado o valor remanescente dos contratos, excluído o já executado)**

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual  
nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_ possui os  
seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e/ou administração pública:

Nome do Órgão / Empresa	Nº / Ano do Contrato	Vigência Contratual	Saldo Remanescente da Contratação (R\$)	1/12 AVOS / CONTRATAÇÃO
TOTAL DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS				R\$

=> **8,33%** (1/12) (um doze avos) do Valor Total dos Contratos acima declarados não é superior a seu Patrimônio Líquido, conforme evidencia o cálculo abaixo:

**Valor Total do(s) Contrato(s) x 8,33% : < ou = Patrimônio Líquido**

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo do Emissor

Observação: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**MODELO - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A  
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONSÓRCIO,  
EXCETO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

(considerado o valor remanescente dos contratos, excluído o já executado)

Declaramos \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ as  
empresas \_\_\_\_\_, inscritas no  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual  
nº \_\_\_\_\_, estabelecida no  
(a) \_\_\_\_\_ possui os seguintes  
contratos firmados com a iniciativa privada e/ou administração pública:

Nome do Órgão / Empresa	Nº / Ano do Contrato	Vigência Contratual	Saldo Remanescente da Contratação (R\$)	1/12 AVOS / CONTRATAÇÃO
TOTAL DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS				R\$

=> **10%** (1/12) (um doze avos) do Valor Total dos Contratos acima declarados não é superior a seu Patrimônio Líquido, conforme evidencia o cálculo abaixo:

**Valor Total do(s) Contrato(s) x 10% : < ou = Patrimônio Líquido**

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo do Emissor

Observação: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.



## **ANEXO I**

### **DECLARAÇÃO DE INTERESSE**

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2026

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

**[Nome do representante legal]**

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

## MUNICÍPIO DE CASCADEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas  
Divisão de Contratos

#### Termo de Contrato

#### Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra

(Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021)

(Processo Administrativo nº 28589/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE CASCADEL  
E .....

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para concessão do auxílio alimentação dos servidores Municipais, por meio de cartão magnético, conforme Lei nº 6867/2018**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. Nos casos em que a prorrogação automática de que trata o item 2.3 for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas".

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



**CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25 de fevereiro de 2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) IPC/FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

## MUNICÍPIO DE CASCATEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

## MUNICÍPIO DE CASCADEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



# MUNICÍPIO DE CASCADEL

---

## SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas  
Divisão de Contratos

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas  
Divisão de Contratos

de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## MUNICÍPIO DE CASCADEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas  
Divisão de Contratos

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



## MUNICÍPIO DE CASCADEL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas  
Divisão de Contratos

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].*

MUNICÍPIO DE CASCADEL

RENATO SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**INTRODUÇÃO**

Este Estudo Técnico Preliminar constitui etapa de planejamento para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício do Auxílio Alimentação conforme Lei nº 6.867/2018, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

1.1 Considerando o parecer jurídico opinando pela não prorrogação do Contrato nº 022/2025 devido ao redimensionamento do objeto devido à alteração legislativa municipal, sugerindo a realização de nova licitação para este objeto.

1.2 Tendo em vista a proximidade do vencimento do contrato nº 022/2025, vigente até 24 de março de 2026 (Pregão Eletrônico nº 114/2024), cujo objeto é a prestação dos serviços acima descritos, bem como a necessidade de se selecionar propostas mais vantajosas, nos termos da Lei 14.133/2021, justifica-se a necessidade e utilidade do certame, a fim de atender aos princípios de planejamento e eficiência administrativa.

1.3 A contratação da empresa para disponibilizar o benefício por meio do cartão alimentação/refeição visa dar continuidade ao processo de aquisição de produtos/serviços de forma livre, podendo o servidor optar pela modalidade do cartão, dando a ele, também, a escolha de qual estabelecimento fará o uso dos créditos, além de facilitar a gestão e operacionalização.

1.4 A concessão do Auxílio Alimentação por meio de cartão alimentação/refeição atende a preferência prevista em lei para o pagamento do benefício, qual seja, parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal 6.867/2018.

1.5 Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços, pois o objeto possui demanda contínua, com estimativas previamente definidas e execução mensal, não se enquadrando nas hipóteses do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Assim, a formalização por contrato específico se mostra mais adequada à natureza da contratação.



## 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG ).

2.1. É do entendimento da Administração Pública Municipal de que para haver o eficiente e adequado fornecimento do Auxílio Alimentação para os servidores municipais, se faz necessário que a Contratada, durante a execução do objeto, atenda aos seguintes requisitos na prestação do serviço:

2.1.1. Emitir e entregar quantidade de cartões suficientes para atender mensalmente 3.150 (três mil cento e cinquenta) servidores que fazem jus ao benefício do Auxílio Alimentação.

2.1.1.1. A quantidade de cartões poderá sofrer alterações em função de:

2.1.1.1.1. Nomeações de novos servidores;

2.1.1.1.2. Servidores que passaram a se enquadrar nos critérios estabelecidos em lei para o recebimento do Auxílio Alimentação;

2.1.1.1.3. Alteração nos critérios estabelecidos em lei que possibilite aumentar a quantidade de servidores a serem contemplados com o benefício do Auxílio Alimentação.

2.1.1.2. O cartão será da modalidade alimentação ou refeição e será emitido conforme a opção do servidor, sendo que este poderá, a qualquer momento, solicitar a alteração da modalidade.

2.1.1.3. Em virtude de pedido de alteração de modalidade, não poderão ser cobradas taxas do servidor para a emissão de novo cartão, sendo este considerado como a 1º via do cartão.

2.1.2. Isentar o servidor de taxas referentes à:

2.1.2.1. Emissão do 1º cartão emitido em nome do servidor.

2.1.2.2. Emissão de novas vias do cartão em virtude de eventuais defeitos de fabricação ou outro que impossibilite a utilização do cartão.

2.1.2.3. Emissão de novos cartões, até a 3ª via do cartão, no caso de dano causado pelo servidor, perda, roubo ou extravio, sendo que a partir da 4ª via poderá ser cobrada taxa, conforme política da empresa contratada.

2.1.2.4. Cobranças de anuidade e/ou manutenção de serviços.

2.1.3. Emitir novas vias do cartão e entregá-las no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados da data da solicitação do novo cartão.

2.1.4. Dispor de central de atendimento telefônico 24 horas por dia, 7 dias por semana, onde seja possível ao servidor bloquear o cartão em virtude de defeito, perda, furto, roubo ou clonagem, assim como solicitar um novo cartão.



2.1.5. Manter, durante a execução do contrato, rede credenciada no Município de Cascavel de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) estabelecimentos que aceitem o cartão alimentação (hipermercados, supermercados, mercados, atacadistas, açougues, mercearias, e similares) e de, no mínimo, 50 (cinquenta) estabelecimentos que aceitem o cartão refeição (restaurantes, lanchonetes, padarias, dentre outros).

2.1.5.1. A Contratada terá até 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato, para comprovar, por meio de planilha eletrônica no formato xls (ou equivalente) a relação de estabelecimentos credenciados, constando razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço e telefone.

2.1.5.2. Em caso de substituição ou exclusão de estabelecimentos da rede credenciada, a Contratada deverá manter a rede mínima especificada no item 2.1.5, sendo que a listagem em questão deverá ser fornecida, sempre que solicitado pela Contratante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

2.1.5.3. A Contratada deverá manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores e/ou adesivos.

2.1.6. Dispor de portal web e aplicativo mobile para smartphone para o uso dos servidores beneficiários do Auxílio Alimentação, presente, no mínimo, para sistemas Android e IOS, para consulta de saldo, extrato, rede credenciada; solicitar o bloqueio de cartões (em caso de cartão danificado, perda, furto, roubo ou clonagem), assim como a emissão de novo cartão; e realização da troca de senha do cartão.

2.1.7. Efetuar as recargas dos créditos do Auxílio Alimentação no primeiro dia de cada mês, impreterivelmente até às 06h00 da manhã.

2.1.7.1. Eventualmente, a Contratante irá solicitar a antecipação da recarga, informando antecipadamente a Contratada.

2.1.7.2. Eventualmente, a Contratante irá solicitar a recarga complementar de créditos no decorrer do mês.

2.1.7.3. Os créditos provenientes das recargas, independentemente do valor, não terão prazo de validade até o esgotamento dos mesmos.

2.1.8. Dispor de portal web para uso da Contratante com o objetivo de, minimamente:

2.1.8.1. Consultar e emitir relatórios com o histórico de valores creditados nos cartões.

2.1.8.2. Consultar o saldo dos cartões, realizar bloqueio e desbloqueio de cartão.

2.1.9. É vedado à Contratada eliminar créditos de cartões sem utilização, independentemente do valor e do período de não utilização, com exceção dos casos em que a Contratante solicitar.

2.1.10. A Contratada deverá prestar assistência técnica e iniciar a manutenção, em até 2





(duas) horas após a solicitação da Contratante, para solucionar eventuais problemas que impossibilitem o uso do cartão alimentação/refeição, de acesso ao portal web ou aplicativo mobile, prezando pela agilidade em resolver o problema o mais rápido possível.

2.2. Considerando que o pagamento à Contratada será realizado somente após o recebimento definitivo do serviço (após o crédito do valor referente ao Auxílio Alimentação nos cartões), a exigência de garantia se torna dispensável.

2.3. Não é admitida a subcontratação na execução do objeto.

2.4. A Contratada deverá observar as obrigações legais decorrentes da proteção de dados pessoais dos servidores públicos, especialmente aquelas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais dispositivos legais correlatos.

2.5. A Contratada deverá seguir os parâmetros sustentáveis, de forma a minimizar o impacto de suas ações, promovendo a eficiência energética, incentivando a produção e o consumo responsáveis, bem como fomentar a inclusão social.

2.6. Não será realizada Prova de Conceito, visto que os requisitos técnicos e operacionais já estão especificados neste Estudo Técnico Preliminar.

2.7. Após o término do contrato, a Contratada deverá:

2.7.1. Manter os créditos remanescentes com validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, para que o servidor possa utilizá-los.

2.7.2. Manter o atendimento ao Município e aos usuários, incluindo eventuais substituições de cartões, na hipótese de rescisão antecipada do contrato ou término do prazo contratual, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias a contar do evento.

2.8. O serviço contratado tem característica de serviço contínuo, uma vez que o benefício do Auxílio Alimentação está previsto em lei e em todos os meses haverá a necessidade de conceder esse benefício aos servidores municipais que se enquadram nos requisitos.

### **3. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.**

**Fundamentação:** O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e **Portaria 0107/2023 - SEPLAG.**).

3.1. No que refere ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, consultando o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo somente possui os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar.

Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a sua não utilização.



#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).

4.1. Considerando a proximidade do término do contrato atual, foi realizada pesquisa de mercado, sendo identificadas 03 (três) alternativas para o fornecimento do benefício do Auxílio Alimentação, sendo elas:

SOLUÇÃO 01	Descrição
CESTA BÁSICA	Aquisição de produtos no valor definido em lei para compor a cesta básica a ser entregue aos servidores do município..
SOLUÇÃO 02	Descrição
PECÚNIA	Pagamento em pecúnia do Auxílio Alimentação na folha de pagamento juntamente com a remuneração mensal.
SOLUÇÃO 03	Descrição
CARTÃO ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO	Fornecimento do auxílio alimentação por meio de crédito em cartões magnéticos.

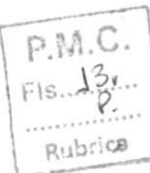
4.2. Considerando as soluções apresentadas, avalia-se que a melhor opção seria a solução 03, fornecimento do Auxílio Alimentação por meio de crédito em cartões magnéticos. Esta escolha se dá considerando as informações a seguir:

4.2.1. A aquisição de cestas básicas, além de não estar prevista na Lei nº 6.867/2018, se torna inviável, pois demanda logística de recebimento, armazenamento e distribuição das cestas aos servidores e também não possibilita ao servidor escolher os produtos, visto que a cesta básica é montada com itens padrões, muitas vezes não atendendo às necessidades nutricionais dos servidores.

4.2.2. O Auxílio Alimentação em pecúnia na folha de pagamento pode acarretar que o valor seja utilizado para fins diversos de sua finalidade, que seria subsidiar as despesas com alimentação/refeição, já que o valor pode ser utilizado para qualquer fim pelo servidor, pois não há restrições legais que impeçam o servidor de utilizar o valor disponibilizado para outras necessidades.

4.2.3. Analisando a contratação anterior, fruto do Pregão Eletrônico nº 114/2024, avalia-se que a empresa contratada prestou um bom serviço, se mostrando receptiva diante das necessidades do Município, sem atrasar os créditos no cartão e entregando com pontualidade os cartões magnéticos.

4.3. Considerando os editais de licitação deste e de outros municípios, a taxa de administração



máxima admissível para esta licitação é de 0% (zero por cento), sendo admitidas ofertas de taxa de administração em percentual negativo.

4.4. Considerando o objeto do certame licitatório, com valor estimado de R\$ 18.900.000,00 (dezoito milhões e novecentos mil reais), o processo licitatório não será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar Municipal nº 112/2020.

4.5. Por se tratar de um item de natureza indivisível, as cotas para MEI/ME/EPP não se aplicam, pois deve ser mantida a padronização dos serviços e a concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só pessoa jurídica, garantindo que todos os servidores tenham a mesma qualidade na prestação do serviço.

4.6. O resultado da pesquisa encontra-se no “Mapa Comparativo de Preços”, anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

5.1. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço unitário, considerando que o pagamento da contratada está vinculado à quantidade efetivamente utilizada, a qual pode variar ao longo da execução contratual em razão de alterações no número de beneficiários e/ou reajustes do valor do benefício, mostrando-se, assim, mais adequado à natureza do objeto.

5.2. Considerando as soluções apresentadas na pesquisa de mercado, entende-se que a solução mais adequada é a solução 03, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos, pois esta solução oferece maior transparência e destinação específica para o gasto com alimentação.

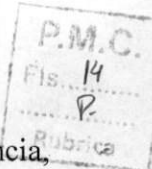
5.3. Esta solução atende à preferência dada por lei para o pagamento do benefício, qual seja, parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal 6.867/2018. Com a escolha desta solução, o município dará continuidade na operacionalização e concessão do Auxílio Alimentação, uma vez que desde a folha do mês 01/2020, o benefício é concedido por meio de crédito em cartão magnético.

5.4. A prestação dos serviços pretendidos dar-se-á nos moldes da execução do objeto constante no Termo de Referência.

5.4.1. Quantidade estimada de: 3.150 (três mil cento e cinquenta) cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício do Auxílio Alimentação, conforme Lei nº 6.867/2018.

5.4.2. O valor definido para o Auxílio Alimentação, em fevereiro/2026, é de R\$ 500,00

(quinhentos reais) e irá sofrer reajustes quadrimestrais, nos termos da Lei nº 6.867/2018.



5.4.2.1. Os créditos inseridos nos cartões, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores, em hipótese alguma, sejam prejudicados.

5.4.2.2. Os créditos inseridos nos cartões, independentemente do valor, não terão prazo de validade até o esgotamento dos mesmos.

5.4.3. A quantidade de cartões poderá sofrer alterações em função de:

5.4.3.1. Nomeações de novos servidores;

5.4.3.2. Servidores que passaram a se enquadrar nos critérios estabelecidos em lei para o recebimento do Auxílio Alimentação.

5.4.3.3. Alteração nos critérios estabelecidos em lei que possibilite aumentar a quantidade de servidores a serem contemplados com o benefício do Auxílio Alimentação.

5.4.4. Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha numérica pessoal, exclusiva e intransferível, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas;

5.4.4.1. Os cartões devem conter obrigatoriamente os seguintes dados:

5.4.4.1.1. Nome da Contratante;

5.4.4.1.2. Nome do Servidor;

5.4.4.1.3. Número do Cartão;

5.4.4.1.4. Validade do Cartão.

5.4.4.2. A validade do cartão deverá ser de, no mínimo, 10 (dez) anos.

5.4.5. Considerando que os padrões de desempenho e qualidade para a contratação da empresa podem ser objetivamente definidos no edital, o objeto da contratação é caracterizado como comum.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.**).

6.1. Temos que 2.640 servidores foram contemplados com o benefício do Auxílio Alimentação em janeiro/2026. Contudo, tem-se a realização do concurso público nº 277/2025, que prevê abertura de cerca de 100 vagas para cargos que se enquadrariam no recebimento do benefício do auxílio alimentação, elevando a quantidade para cerca de 2.740 beneficiários.

6.2. Ademais, considerando que o município tem histórico de convocação superior às vagas inicialmente abertas nos Editais de concurso, é prudente adicionar uma margem de segurança, tendo em vista tanto os novos servidores, quanto os servidores já admitidos que não atendam aos



14v  
P. 14v  
requisitos da Lei neste momento (por exemplo, remuneração acima do teto, pois recebem uma gratificação pelo exercício de função gratificada), mas que podem passar a atender aos requisitos (deixam a função gratificada e a remuneração passa a ser abaixo do teto).

6.3. Outro fator que justifica a aplicação da margem de segurança é que a Administração Municipal pode alterar os requisitos previstos em lei para a concessão do benefício de modo a ampliar o quadro de beneficiários. Desse modo, uma margem de segurança de 15% (quinze por cento) parece a mais adequada para o presente processo de contratação.

6.4. Considerando uma projeção de aumento de 15% como margem de segurança, estima-se a quantidade de 3.150 (três mil cento e cinquenta) cartões, como se pode observar a seguir:

Estimativa inicial mensal	Margem de Segurança	Quantidade Estimada
2.740	15%	3.150

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG ).

7.1. O valor definido para o Auxílio Alimentação, em fevereiro/2026, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e sofrerá reajustes quadrimestrais, nos termos da Lei nº 6.867/2018, ou seja, nos meses de janeiro, maio e setembro de cada ano.

7.2. Logo, a estimativa do valor inicial da Contratação é de R\$ 18.900.000,00 (dezoito milhões e novecentos mil reais), para o período de 12 meses, sendo que para os reajustes quadrimestrais previstos em Lei e nestes dispositivos, serão realizados Termos Aditivos Contratuais.

SECRETARIA	DOTAÇÃO	QUANTIDADE MENSAL (UND.)	QUANTIDADE ANUAL (UND.)	VALOR ANUAL
SECOM	39	6	72	R\$ 36.000,00
SEFIN	76	29	348	R\$ 174.000,00
SEMED - FUNDAMENTAL	133	466	5.592	R\$ 2.796.000,00
SEMED - FUNDAMENTAL DOCÊNCIA	2084	6	72	R\$ 36.000,00
SEMED - INFANTIL	176	879	10.548	R\$ 5.274.000,00
SEMED - INFANTIL DOCÊNCIA	2085	6	72	R\$ 36.000,00
SEMED - EJA	161	6	72	R\$ 36.000,00
SESAU	266	1.126	13.512	R\$ 6.756.000,00

SEASO - ADMINISTRATIVO	472	51	612	R\$ 306.000,00
SEASO - FUNDO	594	6	72	R\$ 36.000,00
SEASO - PROTEÇÃO BÁSICA	545	28	336	R\$ 168.000,00
SEASO - PROTEÇÃO ESPECIAL	568	84	1.008	R\$ 504.000,00
SEMA	682	20	240	R\$ 120.000,00
	683	18	216	R\$ 108.000,00
SEAGRI	802	6	72	R\$ 36.000,00
SEAGRI - ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	857	37	444	R\$ 222.000,00
SESOP - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	911	7	84	R\$ 42.000,00
SESOP	929	38	456	R\$ 228.000,00
SEMDEC	982	6	72	R\$ 36.000,00
GABINETE DO PREFEITO	1247	6	72	R\$ 36.000,00
COMPDEC	1269	6	72	R\$ 36.000,00
PGM	1291	4	48	R\$ 24.000,00
TERRITÓRIO CIDADÃO	1330	6	72	R\$ 36.000,00
CONTROLADORIA	1370	9	108	R\$ 54.000,00
SEPLAG	1423	105	1.260	R\$ 630.000,00
SEPLAG INDIRETAS	1447	41	492	R\$ 246.000,00
CASA CIVIL	1464	6	72	R\$ 36.000,00
SESPPRO	1513	79	948	R\$ 474.000,00
SECULT	1556	17	204	R\$ 102.000,00
SEMEL	1927	40	480	R\$ 240.000,00
SESD	1990	6	72	R\$ 36.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>3.150</b>	<b>37.800</b>	<b>R\$ 18.900.000,00</b>

7.3. A taxa de administração máxima admissível para esta licitação é de 0% (zero por cento), sendo admitidas ofertas de taxa de administração em percentual negativo.

7.4. No que tange à possibilidade de aceitação de taxas de administração negativas, esta Administração pauta-se pelo Princípio da Economicidade e da Seleção da Proposta mais Vantajosa, buscando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos.

7.5. Ressalta-se que o benefício previsto na Lei nº 6.867/2018 é para servidores estatutários, não contemplando trabalhadores do regime CLT, aplicando-se assim o Prejulgado nº 34 (Acórdão nº 1053/24 - Plenário) do TCE-PR, que consolidou o entendimento de que a vedação de taxas negativas trazida pela Lei Federal nº 14.442/2022 e pelo Decreto nº 10.854/2021 não se aplica à Administração Pública Direta e Indireta quando o objeto for o atendimento de servidores estatutários.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

8.1. Considerando o tipo de solução escolhida, a opção é pelo não parcelamento, uma vez que o gerenciamento dos cartões será realizado por uma única empresa, mantendo a padronização de serviços e a concentração da responsabilidade pela execução do fornecimento em uma só pessoa jurídica, além de garantir que todos os servidores tenham a mesma qualidade na prestação do serviço. Os servidores terão opção apenas para selecionar a modalidade do cartão, alimentação ou refeição, sendo os estabelecimentos credenciados pela contratada.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

9.1. Não são necessárias contratações correlatas/interdependentes, visto que não há mais de uma contratação vigente que guarde relação/afinidade com o objeto do serviço pretendido.

## **10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.**

**Fundamentação:** Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).

10.1. O município de Cascavel encontra-se em fase de elaboração do Plano de Contratação Anual, porém as demandas estão sendo relacionadas no Sistema de Gestão com indicação de Intenção de Compras. Informa-se que o objeto da contratação está sob número de Intenção/DFD nº 376/2026, conforme consta nas informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

11.1. O cartão alimentação/refeição garante que o benefício seja utilizado exclusivamente para a compra de gêneros alimentícios ou refeições prontas, promovendo uma alimentação mais saudável e adequada para nossos servidores.

11.2. Espera-se que os servidores tenham liberdade de escolha e acesso a uma variedade de produtos, uma vez que a empresa fornecedora do cartão alimentação/refeição deverá ter uma rede

ampla e diversificada de estabelecimentos credenciados (no mínimo, 150 estabelecimentos que aceitem o cartão alimentação e 50 para o cartão refeição).

11.3. A contratação da empresa oferece maior transparência e destinação específica para os gastos com alimentação.

11.4. Outro ponto relevante é que o Município não desembolsará nada para a contratação do serviço, uma vez que a taxa de administração máxima admitida será de 0% (zero por cento).

11.5. Ademais, há possibilidade de taxa negativa, o que irá gerar uma economia ao Município, pois se a empresa vencedora oferecer uma taxa negativa, por exemplo, de 5% (cinco por cento), significa que para cada R\$ 100,00 creditados nos cartões, o Município irá repassar R\$ 95,00 para a empresa vencedora do certame.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO**

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

12.1. A Administração deverá verificar possíveis ajustes no sistema utilizado pelo Município para que seja compatível para a transmissão de arquivos. Dessa maneira, assim que homologada a licitação, a empresa vencedora do certame deverá demonstrar como é o layout do arquivo para a transmissão das informações essenciais para que o valor do Auxílio Alimentação seja creditado nos cartões alimentação/refeição.

## **13. DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

13.1. A contratação possui baixo impacto ambiental, pois o objeto constitui-se primariamente de emissão de 01 (um) cartão magnético por servidor e com validade mínima de 10 anos. No que se refere à procedimentos administrativos (comunicação, troca de informações) irão ocorrer no âmbito digital.

13.2. Espera-se também o comprometimento por parte da contratada no cumprimento das normas ambientais vigentes atinentes à aquisição pretendida.





#### 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

14.1. Consoante o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como a experiência com o contrato nº 022/2025 vigente até 24 de março de 2026 (Pregão Eletrônico nº 114/2024), a presente pretensão mostra-se viável.

#### 15. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

NOME	CARGO	MATRÍCULA
Priscilla Rebeca Silva Reck	Agente Administrativo	29.675-01

#### 16. INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS.

16.1. Fiscal do Contrato:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
José Carlos Galvão	Agente Administrativo	21.989-01

16.2. Gestor do Contrato:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
Tatiana Waleska Cardozo Zaror	Advogado	26.704-01

Cascavel, 23 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

  
Priscilla Rebeca Silva Reck  
Agente Administrativo

Ciente,

  
Joacir Aparecido Cosma  
Secretário de Planejamento e Gestão

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 002/2023 – SEPLAG - ANEXO I									
ITEM	CATMAT/ CATSER	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR PREGÃO 114/2024	MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG PREGÃO 034/2024	MUNICÍPIO DE MARIPÁ/PR PREGÃO 083/2025	Média aritmética das pesquisas válidas - R\$	Mediana das pesquisas válidas - R\$	Menor valor das pesquisas válidas - R\$
				TAXA ADMINISTRATIVA	TAXA ADMINISTRATIVA	TAXA ADMINISTRATIVA			
1	14109	500408	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício do Auxílio Alimentação conforme Lei nº 6.867/2018, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante.	Maior desconto. Taxa de 0%, sendo permitida taxa negativa.	Maior desconto. Taxa de 0%, sendo permitida taxa negativa.	Maior desconto. Taxa de 0%, sendo permitida taxa negativa.	0,00%	0,00%	0,00%
Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável:			<p>A equipe técnica realizou a Pesquisa de Preços observando o disposto na Instrução Normativa SEPLAG de número 002/2023.</p> <p>Considerando que se trata de licitação com critério de julgamento pelo maior desconto, foram pesquisados editais com este mesmo critério de julgamento para o mesmo objeto. Por se tratar de um benefício para servidores da Prefeitura Municipal, optou-se pela seleção de editais de outras Prefeituras Municipais, considerando a similaridade na execução e objetivo do serviço a ser contratado.</p> <p>Observando os Editais das licitações mencionadas, incluindo o contrato vigente do Município de Cascavel, tem-se que a taxa de administração inicial das licitações é igual a 0%.</p> <p>Considerando que o Município de Cascavel não possui convênio com o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), também são permitidas propostas de taxas administrativas negativas. A escolha deste critério se dá de forma a reduzir, para o município, o custo da concessão do Auxílio Alimentação aos servidores municipais que se enquadram nos requisitos da Lei Municipal nº 6.867/2018.</p>						

Cascavel, 25 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

*Priscilla R. S. Reck*

Priscilla Rebeca Silva Reck

Agente Administrativo/Encarregada do Setor de Benefícios

Matrícula 29.675-01

Ciente:

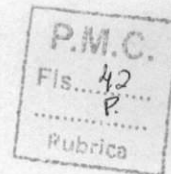
*Joacir Aparecido Cosma*

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão





**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

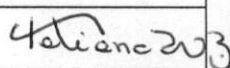
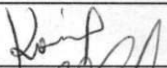
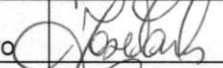
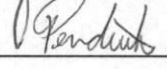


**Portaria nº 022/2026**


**Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.**

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Municipal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de emissão, fornecimento, distribuição, administração e gerenciamento de cartões magnéticos ou de tecnologia similar, equipado com chip de segurança, para ser abastecido com crédito referente ao benefício do Auxílio Alimentação conforme Lei nº 6.867/2018, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeição em estabelecimentos comerciais credenciados à empresa licitante, iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 28.589/2026.

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ASSINATURA
Gestor	Tatiana Waleska Cardozo Zaror	26.704-01	Advogado	
Suplente de Gestor	Karina Bondezan da Rocha	27.191-01	Agente Administrativo	
Fiscal	José Carlos Galvão	21.989-01	Agente Administrativo	
Suplente de Fiscal	Guilherme Francisco Iakmiu Pendiuk	37.552-01	Agente Administrativo	

Cascavel, 25 de Fevereiro de 2026.

  
\_\_\_\_\_  
Joacir Aparecido Cosma  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão